

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Há cerca de duas semanas, a Associação Cabo-Verdiana de Sines e Santiago do Cacém (ACSSC) viu-se forçada a encerrar por falta de financiamento, depois de mais de 20 anos atividade. A organização funcionava como Centro Local de Atendimento à Integração de Migrantes (CLAIM), atendendo entre 400 e 500 pessoas por mês, para além de desenvolver projetos de apoio à população, como o programa Ocupacit@, que apoiava mais de 40 crianças na ocupação de tempos livres. O trabalho desenvolvido era elogiado e reconhecido publicamente como meritório pela autarquia de Sines.

À semelhança de tantas outras organizações similares, esta organização estava dependente de financiamento comunitário e foi mais uma vítima dos cortes no Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI).

Ora, com o encerramento desta organização, ficou todo o Litoral Alentejano sem um CLAIM em funcionamento, o que é grave atendendo às características demográficas e económicas daquele território. Os autarcas da região insurgiram-se contra este encerramento e, segundo é veiculado nos meios de comunicação social, terão reunido com a AIMA para tentar encontrar uma solução para este problema. É que, segundo referem, estamos a falar da prestação de “serviços públicos essenciais e que, numa primeira instância, incumbem ao Estado”.

Até ao momento, segundo é noticiado, para além das autarquias, não há qualquer iniciativa ou disponibilidade das instituições públicas com responsabilidades na matéria para a criação de mecanismos que garantam a prestação do serviço de atendimento à integração de migrantes.

Nesse sentido é importante saber se o Ministério ou a AIMA têm alguma solução para este problema e de que forma será garantida a prestação deste serviço com dignidade e eficiência.

*Esta situação exige esclarecimento, pelo que atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro da Presidência, as*

*seguintes perguntas:*

1. Tem o Ministério conhecimento desta situação?
2. Que medidas levou a cabo o Ministério para colmatar a falta deste serviço essencial no Litoral Alentejano?
3. Que diligências levou a cabo a AIMA para resolver esta questão?
4. Pondera o Governo avaliar a possibilidade de financiamento da Associação Cabo-Verdiana de Sines e Santiago do Cacém?

Palácio de São Bento, 30 de setembro de 2024

Deputado(a)s

FABIAN FIGUEIREDO(BE)

JOANA MORTÁGUA(BE)